



Transversalidade de gênero e políticas públicas na cadeia produtiva da pesca artesanal nas comunidades de Brasília Teimosa e Itapissuma (PE/Brasil)

Gender transversality and public policies in the productive chain of handcrafted fishery in the communities of Brasilia Teimosa and Itapissuma (Pernambuco/Brazil)

Cláudia Maria de Lima

claudia.limaufupe@gmail.com

Socióloga pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX). Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

rosario@dlch.ufrpe.br

Professora da UFRPE - POSMEX. Doutora, Universidad Complutense de Madrid. Pós-Doc UFSC. Líder Grupo de Pesquisa CNPq Desenvolvimento e Sociedade.

RESUMO

Este artigo consiste num recorte do projeto “Ações para Consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA”, o qual analisou, a partir de narrativas das pescadoras, a transversalidade de gênero nas políticas públicas do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. O referido projeto realizou um diagnóstico sobre gênero e políticas públicas em cinco estados: Pernambuco, Pará, Ceará, Paraíba e Santa Catarina. Este artigo define o recorte territorial de Pernambuco com foco nas narrativas das pescadoras, no que diz respeito às relações de trabalho, presença e ausências de acessibilidade às políticas públicas relacionadas à pesca artesanal.

Palavras-chave: Gênero. Políticas Públicas. Trabalho.

ABSTRACT

This article consists of a clipping of the Pproject "Actions to Strengthen Gender Mainstreaming Transversality in Public Policies for Fisheries Fishery and Aquaculture of the Ministry of Fisheryies and Aquaculture-MPA, which analyzed, from starting with narratives of the fisherwomen, gender mainstreaming in public politics of Ministry of Fisheries and Aquaculture-MPA. The related project carried through a diagnosis on gender and public policy in five states: Pernambuco, Pará, Ceará, Paraíba and Santa Catarina. This article defines the territorial clipping of Pernambuco focusing on narratives of fishers about labor relations, presence and absence of the accessibility of public policies related to artisanal fisheryies.

Keywords: Gender. Public Policiestics. Work.





Introdução¹

O objetivo desta pesquisa consiste em analisar, a partir de narrativas das pescadoras, a transversalidade de gênero nas políticas públicas relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal. As questões que norteiam a pesquisa estão centradas na forma como estas políticas públicas são acessadas pelas mulheres pescadoras.

A delimitação territorial da pesquisa, iniciada em 2010, fundamentou-se em dados quantitativos a partir do Anuário Estatístico da Pesca e Aquicultura (31/12/2009)², no qual constatou-se a quantidade de 833.205 pescadores profissionais em todo o Brasil, com Registro Geral da Pesca (RGP) do Ministério da Pesca e Aquicultura. As informações do Anuário indicam que a região Nordeste é o território com maior número de pescadores, um total de 386.081, que representa 46,3% dos trabalhadores da pesca artesanal do país.

Pernambuco³, marco territorial desta pesquisa, possui um litoral de 187 km de extensão e ocupa 2,3% de todo o litoral brasileiro. Abrange inúmeras praias, circundadas em três partes: Litoral Norte, Litoral Metropolitano e Litoral Sul. Ainda abriga um ecossistema produtivo aos quais estão associadas inúmeras espécies de peixes, crustáceos e moluscos, gerando alternativa de renda para milhares de pessoas.

Em 2009, o estado pernambucano possuía um total 14.452 pescadores, sendo 8.713 homens e 5.739 mulheres. O quantitativo de pescadoras desta cadeia produtiva influencia a introdução da agenda de gênero no bojo das políticas públicas relacionadas às atividades pesqueiras. As demandas por políticas públicas com transversalidade de gênero são confirmadas na elaboração do II Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres⁴, (Brasil, 2008), somado a todas as reivindicações do movimento feminista, no que se referem, especialmente, às relações entre gênero e trabalho e divisão sexual do trabalho.

Esta pesquisa dialoga com as temáticas que envolvem políticas públicas, transversalidade de gênero e pesca artesanal, num momento em que se proliferam discursos e ações governamentais na perspectiva de inclusão social. Nosso ponto de partida inclui a seguinte questão: as mulheres acessam estas políticas públicas relacionadas à pesca artesanal? Para responder a esta indagação foram realizadas entrevistas operacionalizadas em grupos focais, com a intenção de conhecer o cotidiano das mulheres profissionais desta cadeia produtiva.

O artigo consiste num recorte metodológico do projeto “Ações para Consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA⁵”, coordenado pela Professora doutora Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (UFRPE) e Ana Luiza Spinelli (MPA). O referido projeto realizou um diagnóstico sobre gênero e políticas públicas em cinco estados: Pernambuco, Pará, Ceará, Paraíba e Santa Catarina. A realização do projeto incluiu duas reuniões em Brasília, uma no início de maio de 2010 e outra na finalização da pesquisa, em maio de 2012. Outros cinco encontros foram realizados, um em cada estado anteriormente citados.

As reuniões em Brasília foram programadas com o objetivo de:

- Definir a construção do instrumental metodológico desse projeto, construído conjuntamente com representantes da UFRPE, UFSC, UFBA⁶, UFPA, MPA, MDA e a ONG Flor da Terra;
- Divulgar e debater os resultados da pesquisa realizada nos cinco estados e lançar o livro “Gênero e Pesca Artesanal”. Participaram





nove pescadoras, representantes das UFRPE, UFSC, UFPB, UNB, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Secretaria de Políticas para Mulheres, CNPq.

No decorrer dos dois anos de pesquisa, foram realizadas, em julho de 2010, coletas de dados em Pernambuco, localidade que se constituiu na pesquisa piloto, posteriormente no Pará (2010), em Santa Catarina (2010), no Ceará (2011) e na Paraíba (2011). Nas reuniões, os nossos sujeitos de pesquisas, as pescadoras artesanais, foram selecionados pelas pesquisadoras das Universidades de cada estado, vinculadas ao projeto, em parceria com algumas instituições locais, por exemplo: CPP-PA, Associação de Marisqueiras de Acaú-PB, ONG Flor da Terra-CE, EPAGRI-SC e Articulação das Mulheres Pescadoras-PE.

Os grupos focais foram organizados com mulheres que atuam na cadeia produtiva da pesca artesanal associadas às Colônias de Pescadores/as e oriundas de diversas ou, no mínimo, duas comunidades de cada estado contemplado na pesquisa. Considerou-se a existência de grupos anteriormente construídos, articulados por lideranças locais, o que favoreceu a construção do clima de confiança entre elas e principalmente a realização de dinâmicas para mediação de conflitos. Este artigo aborda os resultados obtidos na reunião de coleta de dados realizada em Pernambuco.

Colônias de pescadores/as Z-01 em Brasília Teimosa e Z-10 em Itapissuma

No estado de Pernambuco, a delimitação territorial da pesquisa se concentrou nas duas maiores Colônias de Pescadores do estado, a Z-01 e A Z-10, localizadas respectivamente em Brasília Teimosa e Itapissuma. Ambas as localidades têm na pesca artesanal sua maior atividade econômica. Nessas comunidades é significativo o número de mulheres associadas às Colônias de Pescadores, ou atuantes na condição de trabalhadoras da cadeia produtiva. No entanto, foi evidenciado, no diagnóstico, que a maioria desconhece seus direitos trabalhistas ou tem dificuldades em acessá-los

Aspectos históricos de Brasília Teimosa e Itapissuma

Brasília Teimosa

Está situada na zona sul da capital pernambucana, Recife, entre os bairros do Pina, Boa Viagem e área do Porto do Recife. O local destinava-se à construção do Parque de Inflamáveis do Porto do Recife, projeto não realizado. E terreno em litígio foi ocupado e a população resistiu às tentativas de expulsão pelo poder público, conforme explicita Josué Nogueira no Diário de Pernambuco:

"Inspirados no nome que seria dado à nova capital, pescadores, lavadeiras, biscateiros, brasileiros sem chão, levantavam seus barracos à noite e via a polícia derrubá-los ao amanhecer. Resistentes, juntavam os destroços e recomeçavam. Valentes, não se intimidavam com truculência patrocinada pelo poder público. Teimosos, conquistaram uma área coibida e criaram uma comunidade cuja história é marcada por vitórias resultantes da mobilização popular" (NOGUEIRA, 2010).





Brasília Teimosa transformou-se num bairro urbanizado com área de 65,4 há. Consiste, desde 1983, numa Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e possui uma população de aproximadamente 25 mil habitantes.

Vários projetos governamentais tentaram retirar os habitantes de Brasília Teimosa, mas somente a partir de janeiro de 2004, as palafitas foram retiradas e alguns moradores conduzidos para um conjunto habitacional no bairro do Cordeiro, área distante do mar e conseqüentemente da pesca, que se constitui na atividade econômica local.

Colônia de Pescadores/as Z-01

Esta Colônia foi fundada em 25 de junho de 1920. No início era situada no complexo giradouro do Cabanga, constituída por pescadores da Mata Sul, que devido à escassez de trabalho na indústria canavieira, migraram para a região metropolitana do Recife.

Posteriormente, a Colônia Z-01 foi transferida para Boa Viagem nas proximidades do edifício Castelinho, e no ano de 1950, foi definitivamente para Brasília Teimosa, onde se encontra até hoje, na Rua Marechal Hermes, nº 1 Brasília Teimosa, com o nome “Colônia dos Pescadores do Pina Z-01.

Atualmente, a Colônia Z-01 possui 2.040 associados, composta por profissionais na ativa e aposentados. Deste total, 1.490 são homens e 450 são mulheres na ativa. No contingente de 100 aposentados, 30 são mulheres e 70 são homens.

Itapissuma

A cidade de Itapissuma encontra-se ao norte com Goiana e Itamaracá, ao sul com Igarassu, ao leste com Itamaracá e a oeste com Igarassu. No início era uma aldeia indígena situada entre o mar e o rio Itapissuma. Por iniciativa de um Padre Franciscano foi fundada uma vila.

No período do domínio holandês, construiu-se uma ponte que fazia a ligação da Vila de Itapissuma à Ilha de Itamaracá. Ponte esta que foi substituída por outra que hoje é chamada Ponte Getúlio Vargas.

De acordo com as estatísticas do portal de convênio do Governo Federal, a região de Itapissuma possui variedade de peixes, crustáceos e moluscos, que proporcionam e geram renda extra ou se constituem em economia de subsistência de pescadores e pescadoras artesanais daquela região.

Colônia de Pescadores/as Z-10

Itapissuma tem na pesca artesanal a principal atividade da população, e na colônia Z-10, uma história diferencial. É a primeira colônia de pescadores a ser gerida por mulheres. A colônia de pescadores São Pedro, como é chamada, foi fundada em 10 de novembro de 1927 e foi reestruturada em 02 de setembro de 1984. Situa-se, atualmente, na Rua Dr. José Gonçalves, nº 87, Centro, Itapissuma - PE.

Segundo informação da Colônia de pescadores de Itapissuma, existem aproximadamente 5.000 pessoas que se dedicam à atividade pesqueira nesse município. A prefeitura afirma que em Itapissuma, 70% da população têm alguma relação direta ou indireta com a produção, beneficiamento ou comercialização





de pescados. Segundo o Diagnóstico Socioeconômico da Pesca Artesanal do Litoral de Pernambuco, elaborado pelo Instituto Oceanário em 2009, dos 4.938 pescadores entrevistados que possuem documentos trabalhistas, 45,5% têm pelo menos uma das carteiras de pescador (do IBAMA, do MPA, da Capitania dos Portos, da Associação de Pescadores).

Estudos realizados por Leitão (2009, p. 164) e Leitão (2010, p. 107), sobre as pescadoras de Pernambuco, constataam que as décadas de setenta e oitenta do século XX, consistiram em momentos de rupturas e deslocamento do espaço de homens e mulheres nas Colônias de pescadores/as. A primeira mudança se refere ao acesso das pescadoras solteiras ao registro geral de pesca. A segunda transformação consistiu na vitória de uma pescadora, eleita em 1989 pela primeira vez para o cargo de presidência de colônia no Brasil, a Z-10. Atualmente, essa pescadora, Joana Mousinho, está novamente na presidência da Colônia.

A Colônia Z-10 possui um quantitativo de 1.857.00 associados, sendo 70% mulheres e 30% homens, tanto os que estão na ativa quanto os/as aposentados/as.

As narrativas das pescadoras, a partir de entrevistas operacionalizadas em grupos focais, fomentaram o diálogo entre as pescadoras e a equipe de pesquisa, sobre os temas que envolvem rotina de trabalho.

Dentre as indagações que nortearam a pesquisa estão: Qual a relação entre gênero e políticas públicas na pesca artesanal? Existem dificuldades no acesso das mulheres a estas políticas públicas?

Os sujeitos da pesquisa, rotinas diárias e suas narrativas

As 16 mulheres pescadoras, 08 de Brasília Teimosa e 08 de Itapissuma, estão identificadas nos quadros 1 e 2:

Quadro 1 - Pescadoras de Brasília Teimosa, dados sistematizados na pesquisa

Identificação	Idade (Anos)	Quantidade de filhos	Estado Civil	Idade que iniciou atividade	Escolaridade
Pescadora 1	34	02 filhos	Casada	17 anos	Ensino Médio
Pescadora 2	53	01 filha	Viúva	07 anos	5º Ano do Ensino Fundamental I
Pescadora 3	35	02 filhos	Solteira	07 anos	Cursa EJA
Pescadora 4	30	04 filhos	Casada	07 anos	Cursa EJA
Pescadora 5	25	01 filho	Solteira	09 anos	Cursa EJA
Pescadora 6	47	09 filhos	Casada	30 anos	Não alfabetizada
Pescadora 7	56	05 filhos	Solteira	04 anos, com a mãe.	Não alfabetizada
Pescadora 8	30	02 filhos	Solteira	10 anos	Ensino Médio Completo

Fonte: Planilha elaborada com dados da pesquisa em 2010.





Quadro 2 - Pescadoras de Itapissuma, dados sistematizados na pesquisa

Identificação	Idade (Anos)	Quantidade de filhos	Estado Civil	Idade que iniciou a atividade	Escolaridade
Pescadora 9	37	02 filhos	Casada	07 anos	5º Ano do Ensino Fundamental I
Pescadora 10	47	02 filhos	Solteira	09 anos	Alfabetizada
Pescadora 11	54	03 filhos	Viúva	08 anos	Ensino Médio Completo
Pescadora 12	45	04 filhos	Casada	30 anos	Alfabetizada
Pescadora 13	42	02 filhos	Casada	22 anos	Alfabetizada
Pescadora 14	48	02 filhos	Viúva	09 anos	Alfabetizada
Pescadora 15	46	Sem filhos	Solteira	10 anos	Ensino Médio Completo
Pescadora 16	42	02 filhos	Solteira	09 anos	5º Ano do Ensino Fundamental I

Fonte: Planilha elaborada com dados da pesquisa em 2010.

Nessa pesquisa, consideraram-se três homogeneidades, que consistem em: ser trabalhadora da pesca artesanal, pertencer a uma Colônia de Pescadores e possuir o Registro Geral da Pesca. No que se referem às heterogeneidades, estas são expressivas nas condições de: residir em comunidades diferentes, como Brasília Teimosa e Itapissuma, e possuir a faixa etária e o grau de instrução diferenciado. No caso das pescadoras de Brasília Teimosa, as idades variam de 25 e 56 anos; duas pescadoras não são alfabetizadas, três cursam Educação de Jovens e Adultos (EJA), duas possuem o ensino médio completo e uma o ensino fundamental I; três são casadas, quatro são solteiras e uma é viúva. Nessa relação, todas são mães.

No que se refere às mulheres de Itapissuma, as idades variam de 37 a 54 anos; quatro são alfabetizadas, duas possuem o ensino médio completo e duas o ensino fundamental I; três são casadas, três são solteiras e duas são viúvas. Das oito pescadoras, apenas uma não é mãe.

O roteiro das nossas conversas realizadas no formato de grupos focais, no qual se incluiu oito participantes em cada grupo, mesclando as duas comunidades, incluiu as seguintes questões: Quais atividades você realiza no dia a dia? Onde faz as atividades? Como é o trabalho (tarefas)? Qual o tempo utilizado em cada um desses trabalhos? Quem participa dessas atividades junto com vocês? Quais as possíveis soluções às dificuldades? Das atividades diárias, em qual gasta mais tempo: na pesca ou no trabalho doméstico? Quem faz o quê em casa e na rua? (homem, mulher, filhos/as).

O nosso debate do conceito de gênero se fundamenta em Scott (1995) e Bandeira (2005).

"Gênero é uma forma primária de dar significado as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder. [...] O gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma





forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas" (SCOTT, 1995, p. 86-88).

"Entende-se por gênero o conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada. A categoria de gênero surgiu como uma forma de distinguir as diferenças biológicas das desigualdades sócio culturalmente construídas e procurou mudar a atenção de um olhar para mulheres e homens como segmentos isolados, para um olhar que se fixa nas relações interpessoais e sociais através das quais elas são mutuamente constituídas como categorias sociais desiguais" (BANDEIRA, 2005, p. 7).

No processo de construção social dos comportamentos atribuídos a homens e mulheres, elabora-se no âmbito do público e privado, a distribuição das atividades para homens e mulheres a serem realizadas na casa e na rua, conseqüentemente nas profissões e na reprodução social, no uso do tempo e na divisão desigual do trabalho doméstico. Enfim, tudo que se atribui ao feminino e masculino.

A desigualdade nas relações de trabalho remunerado e não remunerado, tem contribuído na tomada de consciência de "que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno" (HIRATA, 2007, p. 596).

Ainda sobre o tema, Sorj afirma:

"As desigualdades e diferenças de gênero repousam sobre uma norma social que associa o feminismo à domesticidade e que se expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade com os cuidados da família" (SORJ, 2010, p. 57).

No bojo das nossas indagações, encontram-se questionamentos sobre a relação entre os comportamentos socialmente naturalizados e políticas públicas relacionadas ao trabalho.

Na concepção de Farrah (2004, p. 51), "políticas públicas com recorte de gênero são políticas que admitem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres".

Conforme Torreão:

"Para abordar as questões de gênero nas políticas públicas, consideramos relevante o enfoque sociológico da teoria dos papéis, que nos diz que as normas da cultura são assimiladas, principalmente, através da aprendizagem dos papéis, ou seja, do processo de socialização que representa o meio de que dispõe a sociedade para controlar o comportamento de seus membros, tomados individualmente, através da manipulação de sua aprendizagem social" (TORREÃO, 2006, p. 83).

No Brasil, a Constituição de 1988 representa um marco legal no acesso aos direitos trabalhistas. Nas últimas décadas, a participação das mulheres em atividades remuneradas tem se ampliado. No entanto, esta inserção é ainda marcada por diferenças de gênero e raça. Segundo o IPEA, "além de estarem menos presentes do que os homens no mercado de trabalho, as mulheres ocupam espaços diferenciados e estão sobrerrepresentadas nos trabalhos precários". Isto também acontece na cadeia produtiva da pesca, cuja divisão social do trabalho, estabelece à mulher as atividades de menor remuneração e prestígio social, contribuindo para a sua invisibilidade e sobrecarga de trabalho.





No entanto, existem Colônias e mulheres pescadoras que atuam desde a década de 1970 na luta por seus direitos sociais, participando assiduamente em reuniões no Ministério da Pesca e Aquicultura, na CPP e nas Universidades.

Veras e Leitão (2012, p. 201), Inácio e Leitão (2012, p. 171), Furtado e Leitão (2012, p. 221), resgatam a história das conquistas das pescadoras no que se referem às políticas públicas que lhes possibilitaram acesso ao registro Geral da Pesca, a espaços de poder dentro das Colônias de Pescadores/as e a criação e legitimação do movimento social Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco.

A atuação das mulheres em todas as instâncias das Colônias de Pescadores/as demonstra uma apropriação do conceito e da prática de transversalidade de gênero, aqui considerada a partir de Stiegler e Bandeira.

"A transversalidade, ou *'gender mainstreaming'*, consiste na organização, melhoria, desenvolvimento e avaliação de processos de decisão em todas as áreas políticas e de trabalho de uma organização'. O objetivo é incorporação à perspectiva das relações existentes entre os sexos em todos os processos de decisão e fazer que todos eles sejam úteis à igualdade de oportunidades" (STIEGLER, 2003 apud, TORREÃO, 2006, p. 62).

De acordo com Bandeira:

"Por transversalidade de gênero nas políticas públicas, entende-se a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, consequentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres" (BANDEIRA, 2005, p. 05).

Rotina diária das pescadoras artesanais

No processo de conhecimento sobre o cotidiano das pescadoras, o levantamento da rotina diária consistiu numa importante fonte de dados.

Na rotina das pescadoras situadas no litoral, a maré define o horário de todas as atividades, isso diferencia a construção da rotina diária em relação a outras atividades produtivas. Esta rotina está condicionada às oscilações de duas preamares e duas baixa-mar nas 24 horas do dia, estabelecendo uma cultura laboral que é influenciada pelas fases da lua, o local e o horário das atividades que envolvem a pesca artesanal. Essa permanente alternância acontece em quatro períodos do dia, que consistem em quatro turnos de aproximadamente 6 horas e 12 minutos, que é a duração de cada maré e suas variações, de preamar a baixa-mar.

Por causa dessa oscilação foi estabelecido, em comum acordo, o horário das 6 horas da manhã para a baixa-mar. A partir desse referencial, construíram-se os seguintes dados que envolvem especialmente duas dimensões: atividades domésticas ou de cuidado com a família, e atividade de geração de renda.

Nas atividades domésticas ou de cuidado com a família, destacaram-se as seguintes atividades:





- Poucas horas de sono, acordam muito cedo, em média afirmaram que levantam entre 3 e 6 horas da manhã;
- A primeira tarefa se constitui em despertar as crianças e adolescentes para irem à escola/creche, em seguida fazem o café e “vão para maré”;
- No regresso da pesca, beneficiam o pescado e/ou marisco, o que significa cozinhar e descascar;
- Realizam as atividades domésticas que envolvem as atividades de comprar os alimentos, cozinhar, lavar roupas e pratos, limpar a casa e, quando necessário, buscar as crianças na escola e ensinar, muitas vezes, as tarefas aos/as filhos/as.

Nas ações que envolvem geração de renda, elas destacaram as atividades de pescar ou coletar peixes e mariscos, além de comercializar o produto in natura ou beneficiado.

Algumas mulheres estudam no programa EJA (Educação de Jovens e Adultos). Na hora do descanso, à noite, algumas assistem novela, outras vão à igreja, outras necessitam cuidar de alguém doente na família. Diariamente, elas vão dormir por volta das 23 horas.

Além das atividades relacionadas à pesca e às atividades domésticas, elas relataram que, para completar a renda, comercializam diferentes produtos de beleza de empresas como Avon e Natura, por exemplo.

Segundo Sorj (2010, p. 57), essas “desigualdades e diferenças de gênero repousam sobre uma norma social que associa o feminino à domesticidade e que se expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo, prioritariamente, às mulheres a responsabilidade com os cuidados da família”. Esta naturalização reduz a atividade das pescadoras à categoria de “ajudantes”, mesmo que muitas vezes sejam elas as provedoras das despesas domésticas.

A mesma autora ainda enfatiza explicando que o termo cuidado (SORJ, 2010, p. 58) é usado para referir-se “a um conjunto de atividades diversificadas envolvidas no cuidado dos outros”. Concretamente, essas atividades incluem cuidar das crianças, marido, idosos, doentes, deficientes, como também realizar tarefas domésticas como limpar, arrumar, lavar, passar, cozinhar etc.

Enfatizando as questões que norteiam o tema cuidado e políticas públicas, Sorj (2010, p. 58) também destaca que

"as mulheres continuam a participar, de maneira desproporcional, do trabalho doméstico quando comparada aos homens. Apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e do enfraquecimento do modelo tradicional de família, no qual o homem é o provedor e a mulher se dedica às tarefas domésticas, o quadro que emerge hoje está longe de realizar um modelo equitativo de distribuição do trabalho social entre os sexos".

Ao dialogar os dados obtidos na rotina diária destas pescadoras, com a literatura sobre transversalidade de gênero e cuidado, constata-se a desigualdade na distribuição do trabalho doméstico, das ações de cuidado que se traduz em sobrecarga de trabalho para estas mulheres.





As narrativas das mulheres pescadoras

As narrativas das mulheres pescadoras indicam que a coleta do marisco se constitui em principal atividade; realizam, também, a comercialização direta ao consumidor ou ao atravessador, ou na forma de escambo - trocam por lenha, por bolo, sal. Na geração de renda, os ingressos da atividade não atingem um salário mínimo, por isso muitas relataram ser beneficiárias do Programa Bolsa Família, cujo recebimento varia entre R\$ 68,00 e R\$127,00. Quanto às dificuldades ao acesso às áreas de pesca, foram citadas desde a presença de usuários de drogas, até a distância percorrida e o lixo.

Diante desses relatos, elas enumeraram as seguintes dificuldades:

- Carência de recursos para a manutenção das redes e embarcações;
- A maioria não possui barcos e/ou canoas;
- A pesca do marisco, que exige, muitas vezes, toda a parte inferior do corpo dentro d'água em contato com água viva e poluição;
- A falta de proteção nos pés e mãos, resultando em acidentes frequentes;
- Inexistência de políticas públicas para equilibrar o caráter sazonal da atividade; nas duas comunidades, o inverno reduz a renda, por causa da escassez do produto e também pela ausência dos consumidores.

Os dados acima vêm confirmar a precariedade da atividade da pesca artesanal para as mulheres nas duas comunidades pesquisadas. Sobre este assunto, Sorj (2010, p. 5) destaca que “os homens continuam a investir o seu tempo prioritariamente no trabalho remunerado, e um crescente número de mulheres são levadas a acumular trabalho remunerado e trabalho não remunerado”.

As mulheres de ambas as comunidades narraram que apesar das dificuldades, sentem-se felizes em realizar uma atividade em contato com a natureza.

Considerações finais

Nossas indagações sobre qual a relação entre gênero e políticas públicas na pesca artesanal, possibilitaram-nos conhecer as dificuldades de acesso das mulheres aos direitos sociais, muitas vezes o difícil acesso destas pescadoras à Colônia as impossibilita obter o Registro Geral da Pesca e, conseqüentemente, não conseguem provar sua identidade profissional.

Esta pesquisa constata que durante essas três décadas de acesso legal das mulheres nas Colônias de Pescadores/as, não houve projetos, programas e/ou ações de políticas públicas na direção de construir estes laços sociais de gênero no planejamento, realizações e avaliações destas entidades de classe.

Falta transversalidade de gênero nas políticas públicas da pesca artesanal, pois não estão sendo realizadas ações compensatórias no sentido de minimizar as conseqüências da exclusão das mulheres na pesca artesanal desde 30 anos atrás. O que constatamos, a partir dos relatos das mulheres pescadoras, é que ainda é limitada a inclusão delas em espaços de poder, decisão e participação nas diversas instâncias de elaboração e implantação das diretrizes do Ministério da Pesca e Aquicultura.





Os dados e as reflexões aqui desenvolvidas se propõem a contribuir, debater, publicizar a história destas pescadoras e as desigualdades de gênero no mundo do trabalho.

NOTAS

¹ Disponível em: <http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/anuario_da_pesca_completo.pdf>. Acesso em: 17 set. 2012.

² Dados do Instituto Oceanário. Disponível em: <<http://www.oceanario.org.br>>. Acesso em: 02 mai. 2013

³ O II PNPB é resultado da mobilização de quase 200 mil brasileiras que participaram, em todo País, das Conferências Municipais e Estaduais, e elegeram 2.700 delegadas. Foi realizada em agosto de 2007.

⁴ A pesquisa foi financiada pelo MPA, Convênio MPA/078/2009.

⁵ A UFBA participou em todo o projeto, mas não foi realizado o diagnóstico das pescadoras na Bahia e sim na Paraíba, considerando algumas questões de ordem operacionais.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, V. K.; LEITÃO, M. R. F. A.; INÁCIO, P. H. D. Comer Mais e Melhor: os impactos do programa Bolsa Família na alimentação de famílias de pescadoras artesanais de Pernambuco. *Amazônica: Revista de Antropologia* (Impresso), v. 04, n. 02, p. 336-353, 2012.

BANDEIRA, Lourdes. *Avançar na Transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas*. CEPAL, SPM, Brasília. Janeiro, 2005, p. 03-33.

COLETTE, Maria Madalena. Moderação. In: BROSE, Markus (Org.): *Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. 2 ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010, p. 13-20.

COSTA, Maria Eugenia Belczak. Grupo Focal. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (Org.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2 ed. 5 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011, p. 180-192.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, janeiro-abril, 2004, p. 46-58.

GOMES, Sandra Regina. *Grupo focal: uma alternativa em construção na Pesquisa Educacional*. Cadernos de Pós-graduação, São Paulo, v. 4, Educação, 2005, p. 39-45.

HIRATA, Helena. *Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho*. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez, 2007, p. 595-609.

LEITÃO, M. R. F. A. Pesca & gênero: o papel das mulheres no desenvolvimento local. Cartilha. *Labrys: Estudos Feministas* (Online), v. 13, p. 1-12, 2008b.

_____. A Ver-o-Mar: a construção do diálogo entre universidade e sociedade. In: LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. (Org.). *Extensão Rural & Extensão pesqueira: Experiências Cruzadas*. v. 1, p. 105-112, 2008b.

_____. Gênero e Políticas Públicas na Pesca Artesanal de Itapissuma. In: CALLOU, A. B. F.; TAUK SANTOS, M. Salett; GEHLEN, V. R. F. (Org.) *Comunicação, Gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Contemporâneas*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches (FASA), 2009, v.1, p. 161-174.

_____. Gênero, Geração e Políticas Públicas na Pesca Artesanal. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Sílvia Maria Fávero (Org). *Diversidades: Dimensões de Gênero e Sexualidade*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p.103-123.





PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. Observação Participante e Pesquisa-Ação. In: DUARTE, Jorge. BARROS, Antônio. (Org.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2 ed., 5 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011, p. 125-145.

SORJ, Bila. Os Cuidados com a Família e as Desigualdades de Gênero e Classe. In: COSTA, Albertina; ÁVILA, Betânia; SILVA, Roseane; SOARES, Vera; FERREIRA, Verônica. (Org.). *Divisão Sexual do trabalho, Estado e Crise do Capitalismo*. Recife: SOS corpo, instituto feminista para democracia, 2010, p. 57-65.

_____; HEILBORN, Maria Luiza. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICE-LLI, Sérgio et al (Org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. 2 ed. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999, p. 183-220.

SOUZA, F. I. de. *O cliente: o outro lado da prostituição*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2006, p. 02-10.

SUÁREZ, Mireya. *Gênero: uma palavra para desconstruir ideias e um conceito empírico e analítico*. Gênero no Mundo do Trabalho. I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Campinas, 2000, p. 08-30.

TORREÃO, Nádia. Questões de Gênero no Desenvolvimento Local Sustentável. In: FILHO, Adalberto do R. M.; PEDROSA, Ivo Vasconcelos; ASSUNÇÃO, Luis Márcio de Oliveira (Org.). *Gestão do desenvolvimento local sustentável*. Recife: Edupe, p. 59-107, 2006.

VERAS, D. B.; LEITÃO, M. R. F. A. Por uma Articulação Ambientalmente Sustentável: Práticas e Representações da Educação Ambiental na Articulação das Mulheres Pescadoras de Pernambuco. In: LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; CRUZ, Maria Helena Santana. (Org.). *Gênero e Trabalho: Diversidades de Experiências em Educação e Comunidades Tradicionais*. Florianópolis: Mulheres, v. 1, p. 201-220, 2012.

PERIÓDICOS NA INTERNET

GASPAR, Lúcia. *Brasília Teimosa*. Pesquisa Escolar On-line, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 04 set. 2012.

NOGUEIRA, Josué. *50 anos da nossa Brasília*. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/politica/?p=6401>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%A-A-Anero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

